



Rio de Janeiro, 12 de Abril de 2014

Ilmo Sr. Paulo Rabello de Castro
Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Rio de Janeiro

Sr. Presidente,

Diante das notícias veiculadas sobre a redução drástica, por razões orçamentárias, do formulário de captação de dados/informações da nova edição do Censo Agropecuário, dirigimo-nos a Vossa Senhoria para manifestar a nossa discordância quanto a esta decisão, tendo em vista as consequências sociais que daí decorrerão.

Tal medida prejudica o acesso a questões de extrema relevância, como aquelas relacionadas aos modelos produtivos. Por exemplo, sobre a utilização de agrotóxicos (para além do adubo químico), foram negligenciadas questões que versam sobre a condição de trabalho temporário e questões que dizem respeito à auto-identificação étnico-racial.

Ainda, não será contemplado o levantamento de informações sobre todas as pessoas que integram a família e que trabalham na unidade de produção, demonstrando, neste item específico, que se manterá invisível o trabalho de mulheres e jovens no campo.

Ao desconsiderar tais questões, esta importante e respeitada instituição negligencia a diversidade do meio rural brasileiro, bem como o papel da agricultura familiar na geração de trabalho e renda, saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional. Assume, portanto, uma posição que reforça a manutenção das iniquidades no campo, contribuindo, assim, para a violação dos direitos, sobretudo das populações rurais. Isso porque, os dados estatísticos, bem como a série de indicadores criados e recriados ao longo da existência do IBGE, subsidiam, expressivamente, a formulação e a implementação de políticas públicas.

Nestes termos, em nome dos pesquisadores e pesquisadoras organizados na Rede Brasileira de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional, manifestamos nossa profunda indignação com esta decisão.

Mas, sobretudo, manifestamos fortemente nossa preocupação com as repercussões disso, a curto, médio e longo prazos, na definição de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional que

prezam por ações que viabilizem a produção e o consumo de alimentos (saudáveis e adequados), seguindo os princípios da sustentabilidade. Importante demarcar que tais princípios não aportam exploração da força de trabalho, violência contra a mulher, expropriação de povos e comunidades tradicionais e povos originários e desrespeito à natureza.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 já apontavam o papel estratégico da agricultura familiar na alimentação da população brasileira. Desde então, um conjunto de ações públicas foi desenvolvido, com vistas a fortalecer e ampliar este modo de produção. Como, certamente, é de vosso conhecimento, não se protege e promove aquilo que não se conhece; a visibilidade é requisito fundamental para a compreensão e o planejamento.

Frente aos motivos expostos pelo IBGE, que levaram a tal decisão, entendemos que a conduta coerente com as demandas da sociedade é o convite imediato ao diálogo com organizações e movimentos da agricultura familiar e com pesquisadores da área, no intuito de contribuir com a proposição de soluções que eliminem os prejuízos previstos.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2017



Prof. Dr. Renato S. Maluf

P/ Comissão Executiva da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Aída C. Bezerra (UFMT); Daniela Frozi (FIOCRUZ); Elisabetta Recine (UnB); Fernanda Tavares (UFPE); Maria Angélica T. Medeiros (UNIFESP); Renato S. Maluf (UFRRJ); Silvia Rigon (UFPR); Veruska Prado Alexandre (UFG)